

Deserto em 45% do Estado

TEXTO: ANDERSON CACILHAS
INFOGRÁFICO: ESTEVÃO RIBEIRO

Áreas em 38 municípios, que somadas representam 45% do Espírito Santo, podem se tornar deserto até o ano de 2025. É o que apontam estudos do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (Cptec). Mas isso não significa que quem passar pelas estradas verá dunas de areia, camelos e oásis onde antes havia florestas e rios.

As áreas em risco são sensíveis ao que os especialistas chamam de processo de desertificação. Neste caso, a chuva continuaria ocorrendo, mas o solo, pobre e desprotegido, não seria mais favorável ao desenvolvimento da vida. Entretanto este

processo pode ser impedido.

De acordo com o membro da Equipe de Combate à Desertificação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Walter Batista Júnior, para evitar que isso ocorra é preciso conscientizar as populações lo-

cais sobre o uso correto do solo e a preservação da Mata Atlântica.

O coordenador do programa de Silvicultura do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incap), Pedro Arlindo Oliveira Galveas, explicou que mais de mil

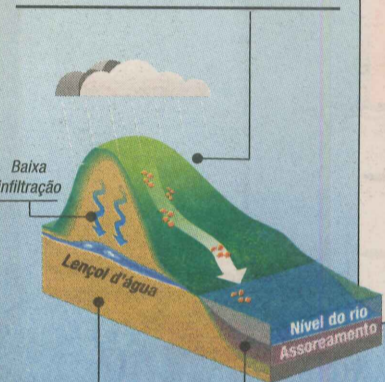
quilômetros quadrados de terras já foram abandonados no Estado por conta do problema.

Um dos agravantes, segundo o secretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Casteglione, são os baixos índices de desenvolvimento econômico e social destas regiões, o que empurra as pessoas para as cidades.

O problema é combatido com ações sociais e parceria com a Organização das Nações Unidas.

Uma limpeza perigosa

Com a retirada da Mata Atlântica, o solo perde seu amortecedor natural, e a chuva, em forma de enxurrada, leva facilmente as camadas de solo ricas em material orgânico e nutrientes, deixando apenas solo rochoso e de fácil erosão.



O novo destino da água

A água, que deveria se infiltrar e alcançar os lençóis subterrâneos, encontra solo duro e vai toda para o rio, tornando mais comuns as inundações. Além disso, o solo vai junto com ela, assoreando o rio e reduzindo a profundidade do seu leito.

O que não fazer

Práticas inadequadas de cultivo, como valas nos morros, servem de corredores para o assoreamento. Além disso, a pastagem atinge 55% da área agrícola do Estado e, em muitos casos, as pegadas do gado compactam o solo, reduzindo a absorção.



Cadê o rio?

A água leva junto muito sedimento, o que deixa o rio mais raso e com menos capacidade de vazão durante os períodos de seca. Muitos desaparecem temporariamente.

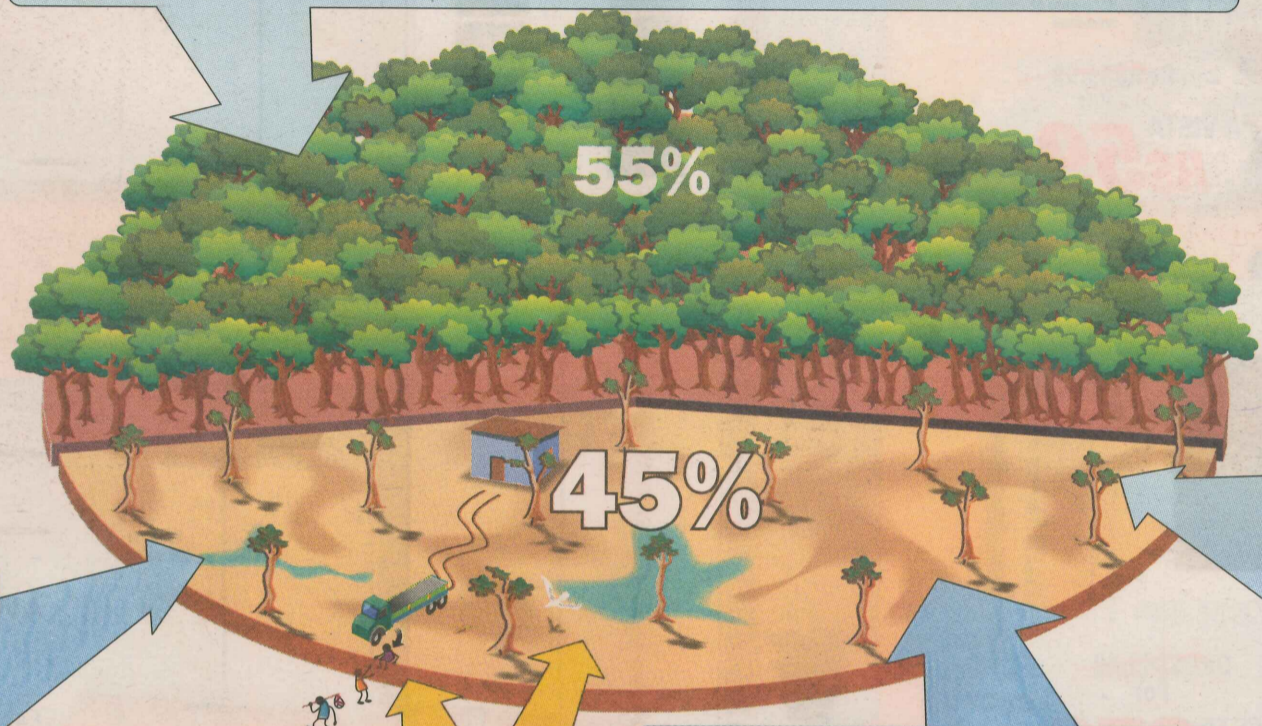


Ilhas condenadas

As pequenas porções de Mata Atlântica que sobram entre os desertos podem não durar muito. Isso porque, isolados, estes

grupos não conseguirão trocar material genético e acabarão cruzando com pais e avós. O problema se chama endogamia e

empobrece geneticamente as árvores, que ficarão mais fracas e morrerão facilmente.



Sem alimento

Os animais que vivem em locais que sofrem com a desertificação podem se mudar do local em busca de alimento. Os mamíferos são os que têm mais condições para isso. Outros morreriam pela limitação de mobilidade, entre eles, muitos insetos.

Prejuízo

A diminuição na vazão dos rios das regiões que podem virar deserto já provoca prejuízos à economia. Para que uma indústria ou lavoura se instale em alguma região, desde 2005 é preciso ter uma outorga do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) para uso da água de rios. A captação não pode ultrapassar 50% da vazão mínima do rio na época da seca. Como esta vazão tem diminuído, muitos empreendimentos estão deixando de se instalar por falta d'água.

Como podem surgir os desertos capixabas

Áreas em 38 municípios capixabas, representando 45% do território do Estado, correm o risco de virar deserto - 15 no Sul e 23 no Norte. As áreas ameaçadas possuem solo mais arenoso e mal-estruturado. No Sul, a topografia é muito acentuada, o que piora a situação. O problema não está na mudança do clima, já que o regime de chuvas se mantém, mas a falta de infiltração no solo.



Monções capixabas

Se as previsões de aquecimento global se confirmarem, o regime de chuvas pode ser alterado no Espírito Santo. Com isso poderia ocorrer fenômenos comuns na Índia, chamados de monções, em que, em três meses, chove praticamente toda a água que deveria ser distribuída no decorrer do ano.

Salobra

A água que consegue se infiltrar leva junto cloreto de sódio, muito comum no solo destes municípios. O resultado é água salobra nos rios e poços.

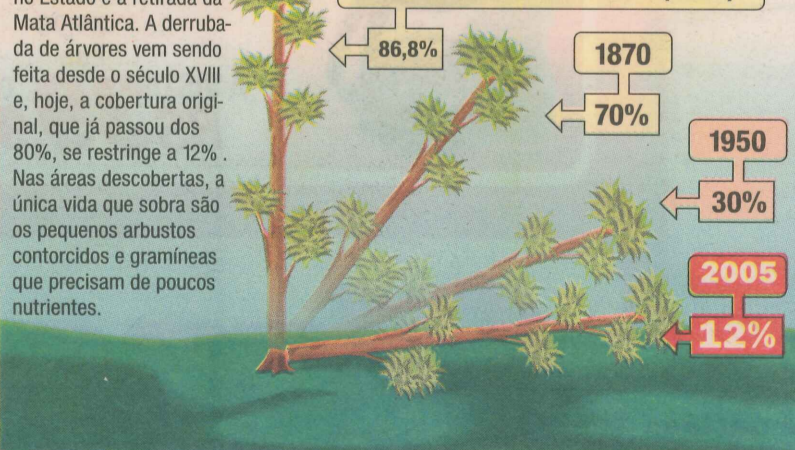
Distante

A captação da água precisa ser feita cada vez mais longe. Em Presidente Kennedy, uma adutora de 15 quilômetros precisou ser feita para captar água, já que os rios da região perderam a vazão mínima necessária. Barragens já foram construídas em Montanha e Mucurici para segurar a água da chuva que o solo não consegue reter.

Derrubada mortal

Uma das principais causas da desertificação no Estado é a retirada da Mata Atlântica. A derrubada de árvores vem sendo feita desde o século XVIII e, hoje, a cobertura original, que já passou dos 80%, se restringe a 12%. Nas áreas descobertas, a única vida que sobra são os pequenos arbustos contorcidos e gramíneas que precisam de poucos nutrientes.

Cobertura original no descobrimento do Brasil (1500)



Fontes: Fabiana Gomes da Silva, engenheira agrônoma e técnica de Recursos Hídricos da Equipe Técnica de Combate à Desertificação no Espírito Santo; Walter Batista Júnior, mestre em Fitotecnia e técnica de Recursos Hídricos da Equipe Técnica de Combate à Desertificação no Espírito Santo; Fábio Ahnert, gerente de Recursos Hídricos do Iema e mestre em Engenharia Ambiental; Celso Luiz Caus, especialista em Engenharia Sanitária e Saúde Pública da Cesan e conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Gilson Fernandes da Silva, professor do Departamento de Engenharia Florestal da Ufes e doutor em Manejo Florestal; Antônio Sérgio Ferreira Mendonça, doutor e Engenharia de Recursos Hídricos e professor da pós-graduação em Engenharia Ambiental da Ufes; Pedro Arlindo Oliveira Galveas, engenheiro agrônomo e coordenador do Programa de Silvicultura do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incap); Marcelo Teixeira Tavares, doutor em Zoologia e professor do Departamento de Ciências Biológicas da Ufes; Carlos Casteglione, secretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades); Pesquisa A Tribuna.

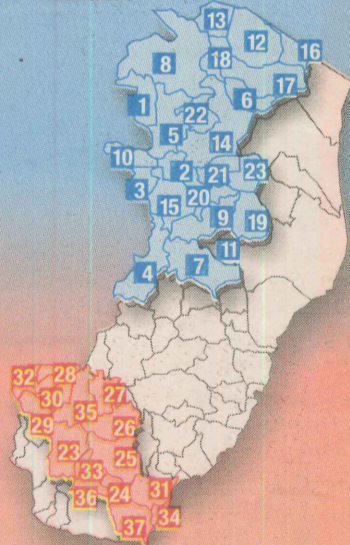
Aridez

Os municípios do Norte do Estado estão no entorno do Sertão Nordestino e já são considerados semi-áridos. Por isso, integram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O lema decidiu considerar 15 municípios do Sul como áreas que podem virar deserto. Eles têm características semelhantes aos do Norte e devem ser incluídos no Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação (PAE).

Municípios em risco de desertificação

Norte

- 1 Água Doce do Norte
- 2 Águia Branca
- 3 Alto Rio Novo
- 4 Baixo Guandu
- 5 Barra de São Francisco
- 6 Boa Esperança
- 7 Colatina
- 8 Ecoporanga
- 9 Governador Lindenberg
- 10 Mantenedópolis
- 11 Marilândia
- 12 Montanha
- 13 Mucurici
- 14 Nova Venécia
- 15 Pancas
- 16 Pedro Canário
- 17 Pinheiros
- 18 Ponto Belo
- 19 Rio Bananal
- 20 São Domingos do Norte
- 21 São Gabriel da Palha
- 22 Vila Pavão
- 23 Vila Valério



Sul

- 23 Alegre
- 24 Atilio Vivácqua
- 25 Cachoeiro do Itapemirim
- 26 Castelo
- 27 Conceição do Castelo
- 28 Ibatiba
- 29 Ibitirama
- 30 Irupi
- 31 Itapemirim
- 32 Iúna
- 33 Jerônimo Monteiro
- 34 Marataízes
- 35 Muniz Freire
- 36 Muqui
- 37 Presidente Kennedy